

Elementos para a História da Ação Popular no Ceará: uma análise a partir da atuação na Guerra das Castanheiras (Fortaleza, Ceará - 1968)¹

Marcelo Henrique Bezerra Ramos²

Em finais de 1968 trabalhadoras conhecidas como castanheiras paralisaram as atividades em uma das maiores fábricas de Fortaleza reivindicando melhorias salariais e melhores condições de trabalho. Aquele movimento chamou muita atenção na cidade, chegando inclusive aos principais jornais, num momento em que a ditadura militar entrava no seu período mais repressivo. Este trabalho busca discutir historiograficamente as relações sociais e políticas que estão em torno do episódio que ficou conhecido entre as pessoas envolvidas como a Guerra das Castanheiras, mais especificamente a atuação da Ação Popular, organização política com origem na esquerda católica, sua atuação como aparelho privado de hegemonia e seu papel neste conflito de classes.

Este levante de trabalhadoras, ocorreu durante os últimos dias de novembro e os primeiros de dezembro de 1968 na fábrica da Companhia Industrial de Óleos do Nordeste – CIONE, mobilizando a maior parte dos mais de dois mil trabalhadores empregados na planta industrial construída às margens da Avenida Mister Hull, bairro Antônio Bezerra. Fundada em 1962, com financiamento do Banco do Nordeste do Brasil - BNB, em meio às políticas de desenvolvimentismo econômico capitaneadas pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, a CIONE era uma das fábricas de um dos setores que mais empregava trabalhadores e produzia capital na indústria cearense no período, o setor do beneficiamento industrial de óleos vegetais, especialmente a castanha de caju.

Identificamos que estas trabalhadoras eram em sua maioria mulheres negras, caboclas, cafuzas, mestiças, moradoras da periferia de Fortaleza, muitas delas retirantes das secas da caatinga cearense. Entre as castanheiras entrevistadas, Valdenice, Maria Elódia, Maria de Fátima e Luzimar, todas se reconheceram como negras, Júlia Freitas, que não entrevistamos, foi apontada por Jaime Libério, homem negro, como “moreninha”, atributo dado a mulheres negras, e pelas imagens capturadas da produção da fábrica próximo ao período da greve-observa que a maioria tinha pele negra ³. Portanto, é fundamental compreendermos que incidem sobre o processo de dominação em relação a estas operárias, assim como seu próprio processo de organização enquanto classe, as questões de raça/etnia, tão decisivas na formação da classe trabalhadora cearense e brasileira. Exigindo de nós também

¹ Este artigo se baseia em uma parte da pesquisa produzida na dissertação: RAMOS, Marcelo H.B. *A guerra das castanheiras da CIONE (Fortaleza-CE, 1968): contra-hegemonia, consciência de classe e memórias de luta*. Dissertação de Mestrado em História. Niterói: UFF, 2018. Disponível em <http://www.historia.uff.br/stricto/td/2250.pdf>.

² Mestre em História Social pela Universidade Federal Fluminense. Estudante e bolsista de Doutorado (UFF/CAPES-MEC). Membro do Observatório da História da Classe Trabalhadora (UFF) e do NIEP-Marx. hbrmarcelo@gmail.com

³ RAMOS, op.cit.

reflexão sobre os cruzamentos que a questão racial faz com as questões de gênero no fazer-se da classe trabalhadora.

Tem sido um lugar comum, mesmo na historiografia especializada se referir às manifestações de 1968 no Brasil como protestos estudantis, praticamente sem protagonismo da própria classe trabalhadora. Outra sentença comum para explicar a história das esquerdas durante a ditadura militar é a de que as organizações só tinham base estudantil e logo rumaram para uma luta armada, abrindo mão de qualquer trabalho de organização com a classe trabalhadora e disputa de hegemonia.

Queremos demonstrar com este trabalho que houve participação ativa da classe trabalhadora nas lutas de massas que fizeram oposição ao regime militar em 1968, ameaçando a hegemonia do bloco no poder através de greves, piquetes, manifestações, mobilizadas por comissões de fábricas, oposições sindicais ou mesmo diretorias combativas que haviam assumido sindicatos através de eleições convocadas após anos de intervenção governamental. Discutiremos aqui o episódio da greve das castanheiras da CIONE em Fortaleza, mas relacionando-o com alguns outros episódios em outros estados do país. Buscaremos fazer isso discutindo a atuação de uma organização política marxista, a Ação Popular – AP, que trabalhou para vincular-se às mobilizações da classe trabalhadora no período.

Contamos através da oralidade dos entrevistados, contraposto às notícias de jornais da época, que o conflito na CIONE se destacou entre as mobilizações sociais no Ceará no período. Jaime Libério⁴ aponta que em 1968 a greve da COBRASMA, em Osasco-SP, a greve dos canavieiros do Cabo, em Pernambuco, e a greve da CIONE, foram símbolos da resistência operária pelo Brasil:

Os sindicatos ficavam espantando mosca⁵. Aquilo impressionou, as mulheres iam pra rua com faixas. Iam pro mercado, pra universidade e contavam suas péssimas condições de trabalho. Eu me lembro que foi uma repercussão no Brasil! Teve essa greve, houve uma greve de trabalhadores rurais no Cabo, a greve dos metalúrgicos de Osasco. A da CIONE foi mais singular ainda pois eram mulheres!⁶

E a greve da CIONE não foi a única no Ceará no período. Entre o dia 1 e 8 de outubro, os trabalhadores bancários construíram uma greve que começou pelos bancos privados e se espalhou pelos bancos públicos paralisando praticamente toda

⁴ Em 1968 trabalhou na CIONE na parte administrativa, setor pessoal. Fez parte da Juventude Operária Católica, onde iniciou sua militância social. Em 1968 entra na Ação Popular. Fez parte da diretoria do Sindicato do Óleo na gestão em que João Batista foi presidente. Foi o primeiro a conceder entrevista, contato realizado através da Associação Anistia 64/68, associação de ex-presos políticos cearenses na qual Jaime era filiado.

⁵ As transcrições das entrevistas inseridas neste trabalho foram feitas preservando a linguagem e o modo de falar de cada uma das pessoas entrevistadas, portanto foram realizadas poucas adequações às regras gramaticais da língua portuguesa, somente a fim de melhorar a compreensão do leitor.

⁶ LIBÉRIO, Jaime. Entrevista de Jaime Libério concedida a Marcelo Ramos, gravação de vídeo, 5 de janeiro de 2018.

a rede bancária cearense e conquistando em média 30% de aumento salarial para a categoria⁷. Encontramos também vestígios de mobilizações de professores da rede estadual do Ceará em 1968, não chegando a realizar greve mas levando centenas de professores em manifestações na frente do palácio do governo reivindicando pagamento de até 8 salários atrasados, ganhando muita simpatia de setores da sociedade cearense e repercutindo nos maiores jornais⁸.

Não poucas vezes, tanto Jaime Libério, quanto Mária Elódia⁹ afirmam que a greve foi espontânea, movida por questões econômicas, com uma clara pauta de reivindicações corporativas: a) aumento dos salários, b) melhoria das condições de trabalho, c) nenhuma punição e prisão às grevistas. Entretanto, está colocada também na oralidade a participação de organizações políticas, como a Ação Popular – AP, na construção da greve e do movimento como um todo. Nesse sentido, o processo tomou proporções muito maiores do que esperavam as operárias. Entendemos a importância de relacionar a greve da CIONE com outras greves do período, vindo de um momento de diminuição de movimentações operárias após o golpe 1964, mas interrompido pela formação de um novo ciclo de lutas de trabalhadores em 1967 e 1968. Como assinala Celso Frederico quando analisa a greve da COBRASMA, em Osasco-SP: *“a greve foi um movimento de contestação e resistência à ditadura que ia além do plano meramente econômico-corporativo. E é justamente aí que se situa o nó da questão: o contexto histórico da greve, que por si mesma, não costumar ter”*¹⁰.

A Ação Popular e a esquerda cearense

A Ação Popular foi criada em 1963. Porém suas origens são mais antigas, relacionadas à Ação Católica e ao crescimento do humanismo cristão. Hugo Villaça Duarte defende que a trajetória da Ação Popular tem suas origens inscritas desde o humanismo cristão até o marxismo maoísta. Ele remonta ao ultramontanismo, movimento interno à Igreja Católica no século XIX que, na busca de uma recristianização do mundo, defendia uma transcendentalidade cristã católica, uma humanidade criada por Deus, com resignação à salvação eterna. Duarte elenca como características do ultramontanismo: rejeição ao nacionalismo, romanização, combate ao capitalismo e ao comunismo, saudosismo da Idade Média, e, por fim, o desenvolvimento de uma corrente francesa do catolicismo pela valorização da ação humana na ordem temporal em busca das necessidades básicas e dos “princípios

⁷ Estamos desenvolvendo uma pesquisa de doutorado que aborda de forma comparativa a greve das castanheiras com a greve dos bancários em 1968 em Fortaleza. A previsão de defesa desta tese está para 2022.

⁸ O Correio do Ceará – 02 a 09 de outubro de 1968, em Biblioteca Nacional – Rio de Janeiro.

⁹ Operária têxtil, em 1968 era diretora do Sindicato dos Têxteis, foi militante da Ação Popular. Em 1968 trabalhou durante um pequeno período na CIONE para ajudar no trabalho de organização da Ação Popular na fábrica. Após a greve da CIONE foi presa, fugiu para Pernambuco, presa novamente foi enviada ao Rio de Janeiro onde foi vítima de severas torturas.

¹⁰ FREDERICO, Celso. *A imprensa de esquerda e o movimento operário (1964-1984)*, 1a ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

médios” da humanidade¹¹. Michel Löwy¹² destaca que tradições religiosas de esquerda e anticapitalistas, ligadas à Igreja Católica existem, de forma ampla e extensa, apenas na América Latina e na França.

O final dos anos 1950 é marcado por um período pós-projeto ultramontano, especialmente com a realização do concílio Vaticano II. Nesse contexto é que se realiza a fundação da Ação Católica Brasileira (ACB) que pode ser definida como “*a participação organizada do laicato do Brasil no apostolado hierárquico, para a difusão e atuação dos princípios católicos na vida individual, familiar e social*”¹³. Desta surgem as Juventudes Católicas.

Com efeito, foram criadas a Juventude Agrária Católica (JAC) para os jovens do campo; para a juventude urbana e independente das instituições de ensino teríamos a Juventude Independente Católica (JIC); entre os secundaristas, a Juventude Estudantil Católica (JEC); para os jovens operários, a Juventude Operária Católica (JOC); e, por fim, entre universitários, a Juventude Universitária Católica (JUC)¹⁴.

O objetivo inicial da JUC, assim como as demais juventudes católicas e da própria Ação Católica, era combater a influência comunista no meio universitário ou em qualquer outro, a depender da sua especialidade. Durante as décadas de 1950 e 1960 a JUC se transformaria de uma organização religiosa para um agrupamento de intervenção social dos estudantes católicos no Brasil. É um momento de mudanças nas lideranças da JUC.

Aprofunda-se a disputa de posições na JUC. com Minas Gerais liderando uma posição de intervenção reformista no mundo secular, e a JUC Nordeste postulando a evangelização em detrimento da ação política. Com a candidatura de Betinho¹⁵, em 1960, se explicita a aproximação de um setor da JUC com o Marxismo. O estopim se dá com a expulsão de Aldo Arantes da JUC, resultando na criação da AP em 1963 e o desligamento da JUC da Igreja Católica em 1966. Em 1968 a JUC dissolve-se¹⁶. Mas ainda é destas raízes da juventude estudantil e católica que se

¹¹ DUARTE, Hugo Villaza, *A Ação Popular e a questão do humanismo: das origens cristãs ao marxismo (1963-1973)* Dissertação de Mestrado em História. Niterói: UFF, 2010), 7–11, <https://www.historia.uff.br/stricto/td/1418.pdf>.

¹² LÖWY, Michael. *A guerra dos deuses: religião e política na América Latina* Petrópolis: Vozes, 2000.

¹³ BANDEIRA, Marina & LINHARES, Maria Yedda Leite. *A Igreja Católica na virada da questão social: 1930 - 1964*: anotações para uma história da Igreja no Brasil (ensaio de interpretação). Rio de Janeiro: Vozes, 2000, p. 107.

¹⁴ Duarte, *op. cit.*, p. 20.

¹⁵ Herbert José de Sousa. Para uma biografia de Betinho, inclusive da sua militância na juventude católica, ver: MONTALVÃO, Sérgio & MONTALVÃO, Cláudia, “*Herbert José de Souza (Verbete Biográfico, CPDOC)*”. In *CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil*, acessado 12 de janeiro de 2021, <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/herbert-jose-de-sousa>.

¹⁶ ARANTES, Aldo e LIMA, Haroldo, *História da Ação Popular - da JUC ao PCdoB*. São Paulo: Alfa Ômega, 1984.

“recruta” a maioria dos membros da Ação Popular, a exemplo de Iracema Serra Azul¹⁷:

em 67 nós [ela e Cacau, que são irmãs] éramos do Colégio da Imaculada Conceição, um colégio de freiras, começou o despertar político em 67, mais ligado à juventude estudantil católica, aí a gente resolveu sair de um colégio elitista e ir a um colégio público. Aí em 68 a gente começou a militar mais, e aí participamos das greves, das passeatas, da luta com a ditadura, a gente entrou na Ação Popular em 67, criança, 14, 15 anos. Agora 68 foi o auge, em 69 começou as repressões maiores¹⁸.

Em 1963 a União Nacional de Estudantes, que estava sob forte influência da JUC, promove a UNE-Volante, uma espécie de caravana nacional para difundir a defesa por reformas populares através da arte e da cultura. A UNE-volante tem papel fundamental na articulação nacional para criação da AP. O *Documento-Base* da AP, lançado em 1963, tem como marcas uma concepção realista da consciência e a defesa de uma política de preparação revolucionária¹⁹. O *Documento Base* consolida a AP como uma organização em prol do socialismo. Para Oswald Barroso²⁰ entender a AP é preciso compreender suas raízes no cristianismo, em um catolicismo de esquerda e, especialmente no Ceará, em um catolicismo popular, ao passo que esta mesma organização empreende esforços para se afastar destas origens, investigar as permanências desta influência é fundamental para compreender a Ação Popular.

O primeiro movimento que tinha mais influência nos meios operários era a Ação Católica Operária. Tinha uma pastoral operária. Esse pessoal, a partir da igreja, dos párocos, tinha uma influência muito forte. Só que esse pessoal foi trabalhado pelos marxistas né? Muitos se tornaram marxistas. A questão principal era uma religião de esquerda, uma religião libertadora. Nesse tempo tinha a teoria da libertação. Que no fundo era influência do marxismo sobre o cristianismo. [...] O catolicismo popular também tinha uma influência grande, porque uma das referências desse pessoal eram os líderes católicos populares, como o Antônio Conselheiro, como o Beato José Lourenço²¹.

¹⁷ Em 1968 era estudante e militante secundarista, participou das mobilizações estudantis em Fortaleza e fez parte da Ação Popular, onde foi convocada a participar de ações de panfletagem em solidariedade a greve das castanheiras.

¹⁸ SERRA AZUL, Iracema. Entrevista de Iracema Serrazul concedida a Marcelo Ramos em Fortaleza 02 de outubro de 2017, Gravação de Vídeo, 2 de outubro de 2017.

¹⁹ Ação Popular, “Documento Base da Ação Popular 1963 | Arquivo Público Mineiro | Arquivos da Polícia Política”, 1963, <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops/brtacervo.php?cid=0315>.

²⁰ Em 1968 era estudante e participou da greve da CIONE como um dos membros da Direção da Ação Popular, era da comissão de Agitação e Propaganda. Nesse período morava no Jardim Iracema com uma operária da CIONE, Hélia, com quem namorava. Foi destacado pela AP para morar no Jardim Iracema e se integrar a produção. Após o AI-5 foi morar em Recife para despistar a repressão, mas lá foi preso. Quando realizada a entrevista Oswald Barroso era Professor Universitário, Escritor e Teatrólogo.

²¹ BARROSO, Oswald. Entrevista de Oswald Barroso concedida a Marcelo Ramos em 17 de janeiro de 2018, Gravação de Vídeo, 17 de janeiro de 2018.

Especificamente sobre o Ceará é importante destacarmos como se deu o processo da Ação Católica, pois o caminho que ela percorreu junto ao movimento operário, sobretudo através da JOC, é fundamental para a formação das bases da Ação Popular entre o operariado de Fortaleza. Raimundo Pontes Mendes²² narra o surgimento da Ação Católica – ACO – no Ceará:

Participávamos do Pacto Sindical quando descobrimos a Ação Católica através da Maria Amélia, que era uma que frequentava o pacto sindical. Participava do Pacto Sindical pra ver a posição. E lá ela nos arrastou pra casa da Dolores e participamos da Ação Católica. Ela preparava as pessoas para esclarecer. Recebia os conhecimentos. Para o operário se desenvolver e agir. Com isso que a gente começou a agir no sindicato com o trabalho de conhecimento que elas iam passando pra gente²³.

Mendes nos ajuda ainda a compreender o alcance da atuação sindical da Ação Católica, que seria posteriormente a base a partir da qual a militância da Ação Popular trabalharia para conquistar espaço junto ao movimento operário cearense. É importante também investigar as fronteiras e limites da atuação destes grupos vinculados à Igreja no movimento operário. Uma vez que, como bem lembra Mendes, a Ação Católica não era o único grupo de católicos junto ao movimento operário, eles eram um setor progressista e democrático entre os católicos no movimento operário, mas também existiam, e com muita força, os Círculos Operários, cumprindo o papel da direita entre os católicos envolvidos com o movimento operário²⁴.

Da Ação Católica tinha eu no sindicato do óleo, Sindicato do Fumo tinha Vicente Mesquita, Joaquim Almeida, Sindicato do Gesso. Era 5 sindicatos. Que inclusive era marcado pela federação como persona non grata. Porque nós éramos de Ação Católica, nós éramos de esquerda pra eles, mas ninguém era comunista. [...] Eu tinha problema assim, eu como presidente do sindicato ia pra justiça, na justiça se lutava pra conseguir. A gente tinha até um advogado, que era do círculo operário católico, já que a gente não podia pagar um advogado bom, e ele, por aderir às esquerdas da igreja, a ação católica não foi toda a esquerda da igreja, tinha muitas esquerda na igreja sem aceitar a ação católica. A ação católica não botava o sujeito pra fora, mas se reservava, porque já sabia da participação que ele tinha. A Ação Popular já era muito misturada com os comunistas²⁵.

²² Trabalhava na Brasil Oiticica, maior empresa do ramo do beneficiamento da castanha de Caju, como ajustador mecânico desde 1951. Na década de 1960 foi membro da Ação Católica Operária e foi presidente do Sindicato do Óleo nos anos de 1966 e 1967. Também participou do Pacto Sindical. Tinha 38 anos em 1968, quando ocorreu a greve das castanheiras

²³ MENDES, Raimundo Pontes. Entrevista de Raimundo Pontes Mendes concedida a Marcelo Ramos em Fortaleza 02 de outubro de 2017, Gravação de Vídeo, 2 de outubro de 2017.

²⁴ SANTOS, Jovelina Silva, *Círculos Operários no Ceará: "Instruindo, educando, orientando, moralizando" (1915-1963)* Dissertação de Mestrado em História. Fortaleza UFC, 2004. Disponível em <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/25621>.

²⁵ MENDES, *op. cit.*

Percebemos na pesquisa que a constituição da base da AP enraizada no movimento operário vem fundamentalmente de dois esforços: a) integração à produção de quadros do movimento estudantil e b) “recrutamento” de militantes da JOC para AP. Entre os militantes da AP que entrevistamos, dotados de origem operária, ou seja, que não foram integrados à produção pois já pertenciam ao operariado, todos estes foram da JOC antes de entrar na AP. É o caso de João Batista²⁶, que descreve abaixo sua passagem pela JOC até a AP:

Eu fui da JOC. É porque nós trabalhávamos junto, Eu e Raimundo Pontes Mendes, nós trabalhávamos no mesmo setor da fábrica. A JOC era uma questão mais religiosa do que outra coisa. A JOC defendia mais a questão de Jesus Cristo e não sei o quê. A JOC nunca se meteu na luta operária não. Não era contra o regime. Nunca foi. Ali era outra, era religiosa. A Ação Popular foi uma coisa nacional, né. Surgiu no Brasil inteiro. Pra mim surgiu depois da CIONE. Foi quando eles se amostraram pra mim. Até então eu não conhecia²⁷.

Luzimar²⁸, castanheira da Brasil Oiticica, que também participava das mobilizações da categoria, também narra sua experiência com a Juventude Operária Católica: *“Eu também fui da JOC. Era [para] a pessoa ser mais humana, ajudar uns aos outros. Ela ajudava a você ser mais humana, buscar seus direitos, nesse sentido assim sabe. De ajudar uns aos outros*²⁹.

Após o golpe, e sob grande influência do socialismo cubano, é publicada a *Resolução Política* que buscou consolidar a AP como uma organização em prol da revolução política para construir o socialismo. Podemos destacar as influências exercidas sobre a AP pelas revoluções chinesa e cubana como alternativas à linha do PCB e da III Internacional. Tais influências vão dar base para as disputas em torno

²⁶ Foi militante da Juventude Operária Católica, tesoureiro do Sindicato do Óleo na gestão presidida por Raimundo Pontes Mendes e assumiu como Presidente do Sindicato em 1967, permanecendo até janeiro de 1969 quando houve nova intervenção por parte do Ministério do Trabalho. Foi militante da Ação Popular e fazia parte do núcleo operário que reunia todos os militantes sindicais e operários da organização, inclusive os que participaram da greve da CIONE. Foi preso em Janeiro de 1969, após o AI-5, e como desdobramento da greve da CIONE de 1968. Antes de entrar para a AP fez parte da Juventude Operária Católica – JUC. Trabalhava na Brasil Oiticica como mecânico durante o período da greve da CIONE.

²⁷ BATISTA, João, Entrevista de João Batista concedida a Marcelo Ramos em Cabo de Santo Agostinho/PE em 07 de dezembro de 2017, Gravação de Vídeo, 7 de dezembro de 2017.

²⁸ Operária da Brasil Oiticica no período da greve. Foi da Juventude Operária Católica. Apesar de querer participar e dar apoio à greve da CIONE, tinha que ficar em casa cuidando dos filhos enquanto o marido João Batista participava da greve como presidente do Sindicato. Quando o marido fugiu para Pernambuco para não ser preso no Ceará Luzimar ficou cuidando sozinha dos filhos com a ajuda do pessoal da igreja.

²⁹ BATISTA, Luzimar. Entrevista de Luzimar Batista concedida a Marcelo Ramos em Cabo de Santo Agostinho/PE em 07 de dezembro de 2017, Gravação de Vídeo, 7 de dezembro de 2017.

do processo que vai de 1966 a 1973, período de revisão das posições políticas da AP. Cacau³⁰ nos conta que neste período a AP se considerava uma organização transitória.

Nós nos considerávamos uma organização fundamentalmente de estudantes. É tanto que a gente não se intitulava nem Partido Político. A gente chamava mais como se fosse uma organização revolucionária. Então a gente tentava muito vê se havia uma penetração no movimento operário e camponês pra puder a organização crescer e ter condição de mais de se fazer o que se queria, o socialismo³¹.

No Ceará, Manoel Fonseca³² nos conta que a AP tinha uma estrutura baseada em Diretório Regional e células de base. Entre as células de base havia uma secundarista, algumas células universitárias e uma operária. *“Fonseca: Tinha um na Faculdade de Medicina, um núcleo forte, tinha uma na faculdade de educação, tinha na agronomia, que era o Raimundão. Tinha no movimento operário, principalmente nos Têxteis e tinha no sindicato dos óleos. Tinha no Serviço Social. A maioria era de estudantes”*³³.

Iracema conta que a AP *“tinha as OPP's organizações para-partidárias. Eu e ela [apontando para Cacau] fizemos parte. Era antes de entrar na organização”*. E Cacau confirma: *“Era as áreas de influência que tinha”*³⁴. Iracema continua: *“O tempo para entrar dependia do envolvimento, tem gente que passava muito tempo e não entrava”*³⁵. Conta ainda que o contato entre os núcleos era muito pequeno. *“O Fonseca sabia quem era os estudantes e quem era direção dos operários sabia quem era os operários”*. Segundo ela, quem tinha informações dos vários núcleos era apenas a direção. Fonseca endossa: *“Tinha uma coordenação estadual. Nem a direção estadual sabia ao certo quantos militantes tinham. Sabia que tinha uma célula nos têxteis. Tinha aquele menino operário, o Eusébio. E o Jaime, teve um período que ele foi da direção. O Eusébio era dos Têxteis”*³⁶. Cacau afirma que *“Aqui não tinha ninguém da direção nacional. Tinha da direção regional que acho que era o esposo da Cristina [Carvalheira], Rodrigo, que tinha vindo de Pernambuco”*³⁷.

³⁰ Em 1968 era militante da Ação Popular, estudante do Colégio Estadual Justiano de Serpa de onde desenvolvia militância junto ao movimento estudantil secundarista, namorava seu atual marido José Machado Bezerra. Participou de ações de solidariedade à greve da CIONE, defendendo a greve no movimento estudantil e na sociedade cearense.

³¹ SERRA AZUL, Maria do Carmo. Entrevista de Maria do Carmo Serra Azul “Cacau” concedida a Marcelo Ramos em 02 de outubro de 2017, Gravação de Vídeo, 2 de outubro de 2017.

³² Em 1968 Fonseca era estudante de medicina da UFC, membro da Ação Popular, fez parte da direção estadual desta organização no Ceará quando ocorreu a greve. Participou das mobilizações estudantis de 1968 em Fortaleza.

³³ FONSECA, Manuel. Entrevista de Manoel Fonseca concedida a Marcelo Ramos em Fortaleza em 02 de outubro de 2017, Gravação de Vídeo, 2 de outubro de 2017.

³⁴ SERRA AZUL, Marcia do Carmo, *op. cit.*

³⁵ SERRA AZUL, Iracema, *op. cit.*

³⁶ FONSECA, *op. cit.*

³⁷ SERRA AZUL, Marcia do Carmo, *op. cit.*

O biênio 1967-1968 é também caracterizado pelo relativo afastamento das ideias guevaristas, com a derrota de um setor que racharia e iria à formação do Partido Revolucionário dos Trabalhadores – PRT, e por uma maior aproximação com o maoísmo. A aproximação da AP do modelo chinês se dá no contexto da revolução cultural chinesa que tinha como objetivos: ampliar a cultura igualitarista na China, integrar o PCCh à classe trabalhadora, ganhar a juventude que não viveu a revolução de 1949. Daí se desenvolve a política da AP de integração à produção, buscando transformar ideologicamente os quadros pequeno-burgueses da organização³⁸. Na Ação Popular a política de integração à produção tem o objetivo de proletarizar a organização, que em sua maioria era constituída por estudantes oriundos de extratos de renda média da população. O entendimento era de que as classes camponesa e operária seriam os sujeitos protagonistas de uma revolução socialista, e que a organização na busca para se tornar uma verdadeira organização socialista precisaria formar proletários e ganhar contingentes de trabalhadores nos seus movimentos. Portanto o processo de integração à produção representou na Ação Popular um giro estratégico para os movimentos da classe trabalhadora, buscando não só reeducar a militância estudantil numa formação proletária, como também crescer nos movimentos de trabalhadores. Como defende o próprio documento *Profissionalização dos quadros: uma necessidade urgente*:

Estudantes e intelectuais são deslocados de suas áreas habituais de atividade para áreas operárias e camponesas. Neste caso, os quadros de estudantes e intelectuais não tem conhecimento suficiente do meio, contatos, a ambientação necessária. [...] Mas o objetivo principal da profissionalização e da integração na produção é a criação de condições para o desenvolvimento de um trabalho revolucionário, deve-se tomar cuidado para que a integração na produção não impeça o trabalho político do militante, trabalho que exige disponibilidade de tempo e mobilidade. Deve-se encontrar, em cada caso concreto, um equilíbrio entre as necessidades da integração na produção e as exigências do trabalho político.

Todos esses princípios se aplicam também ao caso de operários e camponeses que sejam transferidos de sua região para outra e tenham, por isso, necessidade de integração inicial no trabalho produtivo para o estabelecimento de contatos e identificação com as massas³⁹.

Oswald narra ainda muitas dificuldades do processo de integração à produção não apenas do ponto de vista material. Para ele sua entrada como um estudante de classe média na vida de trabalhadores pobres foi marcada pelo abismo na educação e na forma completamente diferente como as pessoas com quem conviveu na integração à produção viam o mundo:

³⁸ SÁ, Karolina Kneip de. *Ação Popular do Brasil: Da JUC ao Racha de 1968*. Dissertação de Mestrado. Recife: UFPE, 2015, 17, <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/16829>.

³⁹ Ação Popular, “Profissionalização dos quadros: uma necessidade urgente.” (Arquivo Edgard Leuenroth, 1966), p.10, AEL/Unicamp.

Eu passei seis meses indo no Morro do Teixeira toda noite pra alfabetizar os pescadores, com o método Paulo Freire. Começava com a palavra tijolo. Só que no morro do Teixeira não existia casa de tijolo, era casa de palha, ou no máximo de taipa (risadas). E a vida deles era uma vida muito mais de imaginação do que de problemas sociais. Quando eles tavam na terra eram tomando cachaça e conversando potoca, e no mar o que eles viam eram peixes voadores, sereias, toninhas. Entende? Eram demarcações... O mundo deles era outro, não era o mundo material propriamente. Era um mundo invisível. No fim eles aprenderam a escrever realmente. Quando a gente foi fazer a avaliação eles agradeceram muito a mim porque eu parecia São Francisco. E eu achei horrível porque eu queria era revolucionar⁴⁰.

O processo de integração à produção por militantes da AP na década de 1960 vem sendo objeto de estudo de diversos trabalhos acadêmicos, especialmente em trabalhos que analisaram a efetivação dessa política no Rio Grande do Sul⁴¹, Paraná⁴², São Paulo⁴³ e Piauí⁴⁴. Na sistematização feita por Aldo Arantes e Haroldo Lima em “História da Ação Popular” foram “23 frentes de trabalho entre pequenas e grandes, importantes e secundárias” que alcançaram “oito áreas geográficas que a AP definia como ‘regiões’: Pará, Maranhão, Nordeste, Bahia e Sergipe, Minas Gerais, São Paulo, Paraná e Goiás”. Eles identificaram 120 pessoas que participaram da integração à produção. O número parece ser bem maior. “Das 120 pessoas referidas, 90 se dirigiram ao campo, ‘integrando-se’ na produção agrícola como assalariados rurais ou camponeses, 30 dirigiram-se à produção fabril”.

Arantes e Lima descrevem ainda que “das 23 frentes de trabalho que receberam esse contingente”, porém a maioria “16 situavam-se no campo e 7 em áreas de operariado urbano.” Dentre as áreas atingidas pela integração à produção, Arantes e Lima afirmam que AP atingiu “o ABC, o de São Paulo, o de Contagem, o do Vale do Pindaré, no Maranhão, o de Água Branca, em Alagoas, o da Zona da Mata de Pernambuco, o da Zona do Cacau da Bahia, ou trabalhos menores, para onde eram mandadas duas, três duplas de pioneiros”⁴⁵. Neste processo a AP fortaleceu o trabalho que já tinha no movimento sindical e operário (inclusive o

⁴⁰ BARROSO, Oswald. Entrevista de Oswald Barroso concedida a Marcelo Ramos em 17 de janeiro de 2018.

⁴¹ DIAS, Cristiane Medianeira Ávila. *A ação popular (AP) no Rio Grande do Sul: 1962-1972*” Dissertação de Mestrado em História. Passo Fundo, Universidade de Passo Fundo, 2011. Disponível em, <http://tede.upf.br/jspui/handle/tede/117>.

⁴² DIAS, Reginaldo. Elementos para uma História da Ação Popular no Paraná. *Revista de História Regional* 4, nº nº 2 (Inverno de 1999): 61–91.

⁴³ JESUS, Paulo Sérgio de. Osasco: *JOC, ACO e PO no movimento operário (1960-1970)*. Dissertação de Mestrado em História. São Paulo: PUCSP, 2007. Disponível em <http://tede2.pucsp.br/tede/handle/handle/12992>.

⁴⁴ ROCHA, Olívia Candeia Lima. *Ação popular: a experiência política de militantes de Teresina-PI e a produção de subjetividade revolucionária na década de 1960*. Tese de doutorado. Campinas: Unicamp, 2019. Disponível em <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/334957>.

⁴⁵ ARANTES & LIMA, *op. cit.*, p. 111.

trabalho junto aos trabalhadores da indústria de beneficiamento de óleos vegetais de Fortaleza), que Arantes e Lima descrevem como uma política que resultou em

alguns significativos trabalhos de base, integrou diretorias de sindicatos importantes, chegou a ter influência em federações estaduais e a participar de muitas greves, passeatas, comícios, etc. Seus maiores êxitos estiveram, nessa fase, na Bahia, em atividade junto aos petroleiros; em Minas Gerais, com os trabalhadores das minas de Nova Lima e com os metalúrgicos; em Fortaleza, com os operários de óleos vegetais⁴⁶.

Mesmo sob forte pressão das políticas de controle e perseguição ao sindicalismo combativo nos anos 1966-1968 surgiram fortes movimentos de questionamento da política de ataques à classe trabalhadora por parte do regime militar, tais como o Movimento Intersindical contra o Arrocho (MIA)⁴⁷. A Ação Popular teve participação fundamental nas principais greves do período, como as paralisações de metalúrgicos em Contagem/MG⁴⁸ e Osasco/SP⁴⁹ e as greves de canavieiros de Cabo de Santo Agostinho e outras cidades da Zona da Mata em Pernambuco⁵⁰.

A greve da CIONE é outra importante expressão desse contexto, onde a política de integração à produção foi aplicada. Esta foi a experiência de Cristina Carvalheira⁵¹, destacada de Recife-PE para se integrar à produção na CIONE e catalisar a mobilização das castanheiras. “*Na minha célula tinha operários, e pessoas que foram deslocados para atuar nas fábricas. Nas células do partido nós discutíamos e fazíamos a luta contra a ditadura, no campo era a mesma coisa*”⁵². Sobre a integração de Cristina na CIONE, Cacau lembra que “*No início eles ficaram*

⁴⁶ Idem, 98–99.

⁴⁷ MATTOS, Marcelo Badaró. *Trabalhadores e sindicatos no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

⁴⁸ SCARPELLI, Carolina Dellamore Batista & SILVA, Débora Raiza Carolina Rocha. “Narrativas femininas e ditadura militar: a atuação das mulheres na greve operária de 1968 em Contagem/MG”. In: *XII Encontro Nacional de História Oral Política, Ética e Conhecimento*. Teresina, 2014. Disponível em https://www.encontro2014.historiaoral.org.br/resources/anais/8/1397517288_ARQUIVO_Narrativasfemininas-greve1968emContagem.CarolinaDellamoreDeborahRaiza.pdf.

⁴⁹ JESUS, *op. cit.*

⁵⁰ KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. “Ciclo de greves na agroindústria açucareira: Pernambuco, 1964 a 1968”, *Caderno CRH* 22, nº 56 (agosto de 2009): 381–98. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S0103-49792009000200012>; ABREU E LIMA, Maria do Socorro de, “Sindicalismo rural em Pernambuco nos anos 60: lutas e repressão”. *Clio: Revista de Pesquisa Histórica* 22, nº 1, 2004. Disponível em <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaclio/article/view/24818>.

⁵¹ Era estudante em Recife-PE quando entrou para Ação Popular junto com o marido, na época ainda namorado, Elimar Nascimento. Foi enviada pela Ação Popular para Fortaleza no contexto da política de integração a produção que buscava colocar militantes oriundos do movimento estudantil e da classe média para se integrar à vida operária. Após a greve da CIONE, foi para o interior do Ceará acompanhar um incipiente trabalho de organização do campesinato a qual o marido foi destacado.

⁵² CARVALHEIRA, Cristina. Entrevista de Cristina Carvalheira concedida a Marcelo Ramos via telefone em 08 de julho de 2014, Chamada telefônica e software de gravação, 8 de julho de 2014.

*num bairro operário. A menina ficava com uma tremenda cara de classe média, linda, a esposa dele. E ficava todo mundo comentando na fábrica. O estilo dela era totalmente diferente”.*⁵³

Já João Batista, presidente do Sindicato do Óleo durante a greve, só entrou para valer na AP após a greve, quando a repressão apertou e ele percebeu a necessidade de se organizar em um partido não só para poder intervir de forma mais qualificada no movimento, mas também para se proteger. Alguns dias após a greve foi promulgado o AI-5 e a esquerda e o movimento operário foram jogados na clandestinidade. Era impossível se manter ativo politicamente na clandestinidade exceto através de uma organização política.

Entreí na AP depois que fui preso. Aí foi quando o pessoal começou a chegar perto de mim. Aí começou a me conquistar. A AP tinha atuação no sindicato dos têxteis também. Até eu ser preso eu não sabia. Tanto é que quando a gente tava na clandestinidade a gente não usa o nome da gente, usa o codinome. E pessoalmente eu não conheci ninguém do sindicato têxtil. Eu conheci outras pessoas, estudantes que foram daqui pra lá. Eu não sabia se o nível do pessoal que ia pra lá se era nível universitário. Parece que era, pela maneira de falar, pela maneira de se expressar dava pra gente perceber, né?⁵⁴

Apesar do balanço oficial da AP ser bastante positivo quanto à integração à produção, há alguns relatos e avaliações negativas que precisam ser apontadas, como lembra Oswald Barroso: *“diz o Fonseca que achou traumático, porque era muito pesado né, ele foi trabalhar com têxtil, e foi pro Recife trabalhar lá, e passou fome, passou dificuldade. Eles tinham filhos né. Uma coisa é você ir só, outra coisa é ir com família e filhos né. É pesado”*⁵⁵. Ele narra que sua experiência de integração à produção não se restringiu a integração às castanheiras após a greve da CIONE, com o apertar da repressão ele diz que foi enviado a Pernambuco para estar junto ao trabalho operário na região de Recife e para ajudar a dirigir regionalmente a Ação Popular:

Fui morar em bairros operários também, me integrando à produção, dirigindo. Viajava pelo Nordeste. Aí já tinha se integrado ao PCdoB. Quando eu cheguei no Recife era pra dirigir o PCdoB, essa estrutura antiga da AP que tinha se transformado no PCdoB. O dirigente lá era o Luciano Siqueira e o Alani Cardoso, que até hoje são do PCdoB. Dirigentes, lá no Recife. Eu formava a direção com eles, eu cheguei a ser o dirigente principal. Que era o mais firme ideologicamente (rindo). Eu topava tudo... loucamente né?⁵⁶.

⁵³ SERRA AZUL, Maria do Carmo, *op. cit.*

⁵⁴ BATISTA, João, *op. cit.*

⁵⁵ BARROSO, *op. cit.*

⁵⁶ Idem.

Maria Elódia⁵⁷ destaca que a diversidade de frentes de atuação da AP, sobretudo a partir da sua priorização ao campo, propiciava à organização um melhor dinamismo na distribuição dos militantes no período de clandestinidade.

Eu além de ser do sindicato, eu era da Ação Popular. Ação Popular fez muita coisa, era um partido forte, né. Tinha uma estrutura, assim, de esconder as pessoas, muito boa. Não só aqui, mas no Brasil todo. Eles tinham muita coisa, se acabou tudo, a ditadura foi muito forte. A AP até começou a ser meio criticada pela Igreja Católica, dizia assim, que a revolução da gente tinha que vir do campo pra cidade, e não da cidade pro campo, por que isso? Porque era no campo onde o inimigo tava fraco, que era a ditadura. Aqui na cidade tinha quartel pra tudo que era canto. Então enquanto obedecia, acreditava-se nisso, a AP cresceu muito⁵⁸.

Para Gorender as bases da linha de integração à produção da AP se relacionam com as raízes cristãs e com a proposta da revolução cultural chinesa⁵⁹. Franklin Oliveira defende a existência de uma ética "APista", uma linha de condução da política da organização em toda a sua história⁶⁰. O sociólogo Marcelo Ridenti busca entender a AP dentro de um espectro do que ele chama de “romantismo revolucionário”⁶¹. Cabe ainda problematizarmos uma certa linearidade entre o humanismo cristão até o maoísmo, que simplifica as disputas e as próprias influências da AP ao longo da década de 1960.

A complexidade das disputas na AP é visível no embate entre a corrente 1 e a corrente 2, que foram agrupamentos internos formados entre 1967 e 1968 para organizar o debate sobre os rumos da Ação Popular e disputar a maioria da direção da organização. O documento *Esquema de Seis Pontos* da corrente 1 – que na realidade eram sete – defendeu: a) caracterização dos partidos de esquerda no Brasil; b) integração com as massas; c) defesa do maoísmo como nova síntese do marxismo-leninismo; d) caracterização do desenvolvimento capitalista no Brasil com ênfase no campesinato como principal sujeito revolucionário; e) defesa da luta armada); f) defesa de um giro para o campo; g) caracterização internacional: URSS e Cuba são o campo reformista e China, Coreia, Vietnã e Albânia são do campo socialista⁶². A partir da leitura do documento "Os 6 pontos" podemos observar fortes influências da

⁵⁷ Operária têxtil, em 1968 era diretora do Sindicato dos Têxteis, foi militante da Ação Popular. Em 1968 trabalhou durante um pequeno período na CIONE para ajudar no trabalho de organização da Ação Popular na fábrica. Após a greve da CIONE foi presa, fugiu para Pernambuco, presa novamente foi enviada ao Rio de Janeiro onde foi vítima de severas torturas.

⁵⁸ EDLÓDIA, Maria. Entrevista de Maria Elódia concedida a Marcelo Ramos em Fortaleza em 26 de abril de 2013, gravação de áudio, 26 de abril de 2013.

⁵⁹ GORENDER, Jabob. *Combate nas trevas*: das ilusões perdidas à luta armada, 5ª edição revista e ampliada. São Paulo: Ática, 1998.

⁶⁰ OLIVEIRA JR, Franklin. *Paixão e revolução*: capítulos sobre a História da Ação Popular. Tese de doutorado. Recife, Universidade Federal de Pernambuco, 2000.

⁶¹ RIDENTI, Marcelo. *Brasilidade revolucionária*: um século de cultura e política. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

⁶² SÁ, *op. cit.*, p. 16–18.

análise cepalina sobre a corrente 1⁶³. Já o documento da Corrente 2 traça uma forte crítica ao processo de integração à produção proposto pela corrente 1, tida como uma busca da “santificação” da condição operária⁶⁴.

A partir de 1969 a AP caminhou para uma adesão ao PCdoB. Em março de 71, realiza-se a III Reunião de Articulação da Direção Nacional - RADN e se dá a mudança de nome para APML. Neste período se dá a consolidação do maoísmo como linha mestra da APML. Nesse momento se consolida a posição de aliança com a burguesia nacional contra o imperialismo norte-americano e o atraso semifeudal nacional, afirmando-se uma visão etapista da revolução nacional. Por consequência surgem divergências entre a maioria e a minoria na III RADN. A minoria negava o caráter semifeudal, o caráter burguês da revolução e a incorporação ao PCdoB. Em 1972 a minoria é expulsa da APML e, no ano seguinte, é consumada a fusão da maioria com o PCdoB. Em 1976 reorganiza-se a APML a partir daquela minoria do III RADN que irá se integrar ao processo de criação do PT.

O processo no Ceará também não ocorreu sem conflitos. Iracema conta que no Ceará “*pro PCdoB foi uma parte...*”. Fonseca afirma que o processo começou a se aprofundar a partir da influência de Mao Tsé Tung, quando “*começou a estudar o marxismo também. Tinha que ler o livro vermelho, tinha que saber todas as fábulas contadas pelo Mao (risos). Todo mundo sabia decorado*”⁶⁵. A partir de então houve uma aproximação com o PCdoB.

Cacau, com um ar de frustração diz: “*Eu saí. Eu pedi desligamento quando se aproximou do PCdoB, e aí saiu todo mundo do movimento secundarista aqui*”⁶⁶. E é acompanhada por Iracema: “*Eu também saí porque foi uma decisão nacional e algumas bases não aceitaram*”⁶⁷. Cacau continua: “*Porque ninguém concordava com essa política. Boa parte dos universitários saíram*”⁶⁸. “*Coincidiu com as prisões*”, complementa Fonseca. Cacau então explica por que não concordava com a fusão:

Eu não fui [para um encontro da AP] porque fizeram uma decisão de que eu não deveria ir. Aí quando foi lá decidiram que poderiam juntar as estruturas. E eu era contra até juntar as estruturas, porque eu achava que a frente tinha que ser na luta, não em estrutura. Porque se você tinha o mesmo objetivo... a gente fazia pixamento, panfletava junto. Então fazia um bocado de coisa. Agora eu não via necessidade de juntar a estrutura. [...] No Ceará a maioria era contra [juntar com o PCdoB]. Foi tipo

⁶³ Ação Popular, “Os 6 pontos” (Fundo Duarte Pacheco Pereira, 1968), Arquivo Edgard Lauenroth - UNICAMP.

⁶⁴ Ação Popular, “Dois Caminhos” (Fundo Duarte Pacheco Pereira, 1968), Arquivo Edgard Lauenroth - UNICAMP.

⁶⁵ FONSECA, *op. cit.*

⁶⁶ SERRA AZUL, Maria do Carmo, *op. cit.*

⁶⁷ SERRA AZUL, Iracema, *op. cit.*

⁶⁸ SERRA AZUL, Maria do Carmo, *op. cit.*

erra Azul, Entrevista de Maria do Carmo Serra Azul “Cacau” concedida a Marcelo Ramos em 02 de outubro de 2017.

centralismo... Tinha muita diferença em relação à prática, eu achava contraditório o que eles diziam e o que eles faziam. Por exemplo, ela [Iracema] sempre teve problema de dor de cabeça, de até desmaiar, a Amélia, que era outra de AP, tava com um problema sério, que tinha sangramento até hemorragia, e a Mirtes que tinha acabado de chegar do confronto tava com as pernas todas queimadas de ácido sulfúrico. Então quando a gente chegou lá, nessa época já tava a junção das estruturas, isso aí já devia ser 69 pra 70. A infraestrutura do encontro era deles. As meninas do PCdoB com lençol rede e travesseiro, e as meninas no chão, uma com secreção. Aí eu falei "se vocês não conseguem ser solidário nem com companheiro, como é que vocês vão ser solidários com a população?" Aí eu peguei e fui mimbora!⁶⁹

Oswald Barroso ressalta que o processo consistiu numa adesão “ao inverso” pois “*quando a Ação Popular quando foi pro PCdoB, na verdade foi a Ação Popular que assimilou o PCdoB, porque a Ação Popular tinha uma base muito maior e ficaram duas estruturas, uma de Ação Popular e outra de PCdoB.*” Para ele essa adesão foi decisiva para a história da futura organização, Barroso não relativiza o impacto gerado pela entrada da AP no PCdoB “*tanto que a direção, hoje em dia, do PCdoB é toda da antiga Ação Popular. Porque tinha uma inserção no movimento estudantil muito maior, o presidente da UNE era de Ação Popular*”⁷⁰.

A greve das castanheiras da CIONE, seu processo de desenvolvimento e suas consequências, é expressão dessas lutas em resistência aos ataques promovidos pelo capital contra o trabalho no Brasil na década de 1960. O processo de greve da CIONE está fundado na exploração da força de trabalho de forma extremamente degradante, até mesmo para as condições “normais” de degradação da força de trabalho na produção industrial cearense, se forja numa experiência de classe de mulheres trabalhadoras que perceberam a necessidade de se organizar para defenderem seus interesses em conflito com os interesses impostos pelo seu patrão nas relações de trabalho, e é potencializada pela ação de uma organização política, ou em termos gramscianos, um aparelho privado de hegemonia⁷¹ que buscou atuar com estudantes e trabalhadores, expressando seu projeto nacional no trabalho de organização de base na fábrica e na ação do Sindicato do Óleo.

Podemos visualizar na pesquisa diversos momentos em que a Ação Popular age como um aparelho privado de hegemonia buscando organizar vontades coletivas das classes subalternas em torno de seu projeto nacional que, naquele momento, visava construir uma revolução política no rumo de uma sociedade aos moldes do socialismo realmente existente na China e em Cuba – guardadas suas grandes diferenças – e síntese do que era o projeto de sociedade da Ação Popular em 1968.

⁶⁹ Idem.

⁷⁰ BARROSO, *op. cit.*

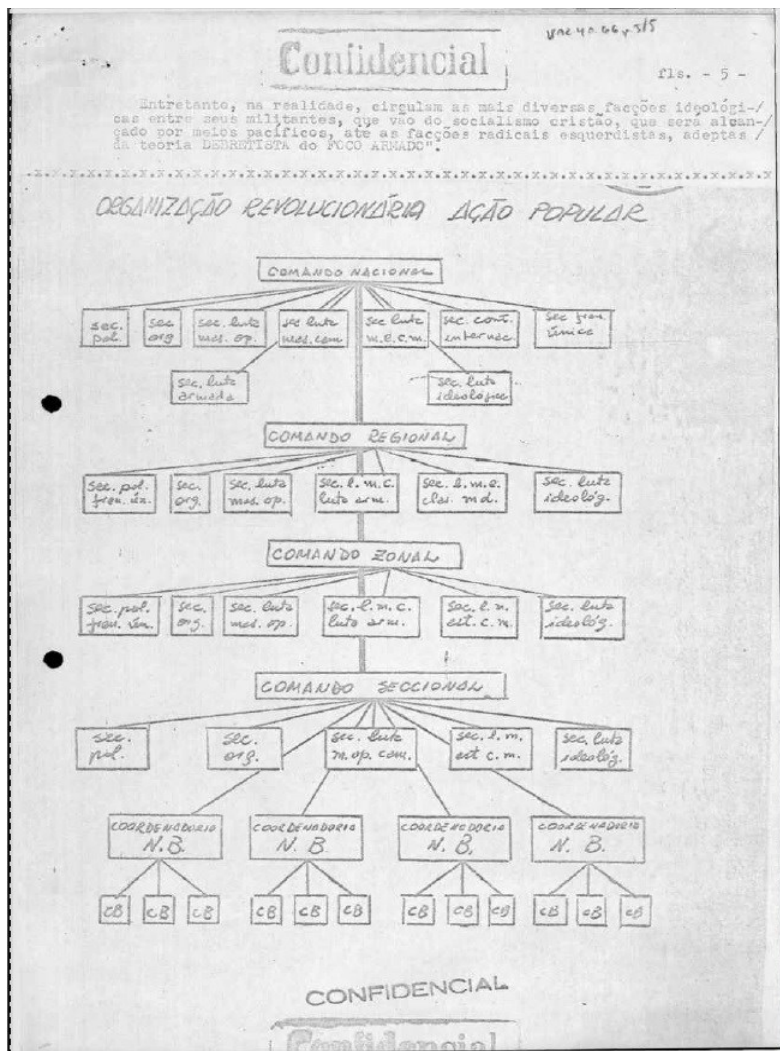
⁷¹ Trabalhamos aqui com a noção de aparelho privado de hegemonia construída por Antônio Gramsci nas Notas Sobre Maquiavel e discutidas por MENDONÇA, Sônia. "O Estado Ampliado como ferramenta metodológica", *Marx e o Marxismo: Revista do NIEP-Marx* 2, nº 2 (26 de maio de 2014): 27–43.

Podemos perceber, por exemplo, neste trecho do depoimento de Maria Elódia, que trata sobre o esforço da Ação Popular em estabelecer conexões entre as questões econômicas e imediatas e os problemas políticos e uma saída sistêmica para as classes subalternas.

Não. Político não. Falava "Ah ditadura... porque a gente não pode...". Eu acho que era porque eles achavam que se a gente melhorasse a situação financeira futuramente... não sei. [...] As greves eu não via assim "vamo derrubar o governo", nunca ouvi falar isso. A gente falava nas reuniões. Mas depois que o regime fechou não houve mais greve né. Era econômica. Era por melhores salários. (Havia aquele trabalho de contextualizar que esse problema do salário tinha a ver também com a questão da ditadura). Tinha sim. (mas o grosso era a questão econômica?). Era sim. Se eles tivessem sido mais inteligente, tivessem melhorado os salários, talvez não tivesse havido tanto morte, tanto sofrimento, tanta coisa. [...] A gente trabalhava muito pelo socialismo⁷².

O processo de formação como classe que as castanheiras da CIONE vivenciaram, dentro e fora da fábrica, foi um aprofundamento da radicalização do conflito de classes através da greve. A greve, portanto, teve papel fundamental na intensificação da formação de uma consciência de classe nestas mulheres trabalhadores, e em muitas caminhou de uma consciência corporativa, imediata, para uma consciência de classe mais ampla, chegando até mesmo a uma dimensão política, de projeto alternativo de sociedade. Esta greve, por mais que contenha uma explosão espontânea, sobretudo concretizada na rebeldia das mulheres, na ira de classe contra o patrão que as massacrava, tem como um dos vetores de desenvolvimento da consciência política a Ação Popular, organizando estudantes, religiosos e trabalhadores para atuar como um aparelho privado de hegemonia das classes subalternas mesmo em um período de aprofundamento da violência das classes dominantes através do Estado restrito sobre as classes dominadas e suas organizações políticas.

⁷² ELÓDIA, *op. cit.*



Fonte: Documento do Serviço Nacional de Informações - Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Fotografado por Marcelo Ramos em outubro de 2014⁷³.

Artigo recebido em 31.8.2020

Aprovado em 2.11.2020

⁷³ Estado Maior da Aeronáutica, "Relatório do EMAER sobre a Ação Popular – AP." (Serviço Nacional de Informação, 12 de novembro de 1968), BR_AN_BSB_VAZ_040_0066, Arquivo Nacional do Brasil, Rio de Janeiro.